

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Uma breve história dos indígenas de Domingos Martins: na arqueologia e nas fontes escritas, da Colônia ao Império

A brief history of the indigenous people of Domingos Martins: in archeology and written sources, from Colony to Empire

Henrique Antônio Valadares Costa¹

Resumo: Esse texto tem como objetivo apresentar um breve histórico da presença das populações indígenas no território hoje chamado de Domingos Martins-ES. Populações essas que tiveram contato com os primeiros imigrantes alemães e italianos em meados do século XIX. Assim, em forma de ensaio, apresentamos um pouco da história e da cultura, com os dados da arqueologia e da etno-história dessas populações que habitaram a região, além de intentar o despertar do interesse por essa tão importante e esquecida parte da história do Espírito Santo.

Palavras-chave: Arqueologia em Domingos Martins. História indígena. História do Espírito Santo na Colônia e no Império.

Abstrac: This text aims to present a brief history of the presence of indigenous populations in the territory that today is called Domingos Martins-ES. These populations had contact with the first German and Italian immigrants in the mid-nineteenth century. Thus, in the form of an essay, we present a bit of history and culture, with data from the archeology and ethno-history of these populations that inhabited the region, in addition to trying to awaken interest in this so important and forgotten part of the history of the Espírito Santo.

Keywords: Archeology in Domingos Martins. Indigenous history. History of Espírito Santo in the Colony period and in the Empire.

¹ Historiador e arqueólogo, pós-doutorando pela Universidade Estadual Paulista (UNESP – Campus de Prudente Morais), doutor e mestre em arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. E-mail: henrivaladares@alumni.usp.com



Introdução

Os colonos europeus trazidos para regiões de floresta densa, abrindo clareiras em locais desconhecidos que tecnicamente estariam vazias demograficamente é amplamente debatido pela historiografia. As políticas que no Império do Brasil (1822-1889) e seguidamente pela República Velha (1889-1930) vão atribuir às áreas ditas como vazias não foram feitas ao acaso. Havia uma intencionalidade nesse discurso em denominar as áreas como “vazias” aos antigos territórios indígenas. Em primeiro lugar, era diminuir ou ausentar do Estado qualquer responsabilidade social que deveria ter em relação aos povos indígenas que viviam na floresta (MOREIRA, 2000).

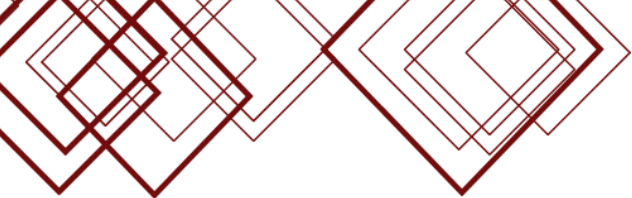
O descaso das autoridades, tanto europeias como brasileiras com as condições em que os imigrantes se estabeleceram nas colônias não decorre apenas em termos de infraestrutura, mas também havia uma política de desinformação aos imigrantes sobre as condições do local onde se estabeleceriam as colônias agrícolas.

O interior sempre foi visto como obscuro, bárbaro e misterioso, algo em oposição ao litoral já amplamente marcado pela presença portuguesa. E gradativamente o discurso colonizador sobre os povos Tapuia (Macro-jê) que habitavam esse sertão inconstante era “demonizador”, pintando uma imagem cruel dessas populações cada vez mais brutalizadas pelo avanço em seu território (POMPA, 2003). Os primeiros núcleos de colonização alemã no Espírito Santo se iniciam em 1847, produtos da política de “embraquecimento” do território nacional, seguindo uma ideologia dominante na época de que o indígena era uma criatura degenerada devido a sua vivência na floresta. No entanto, tratamos aqui aspectos de como e quais populações indígenas teriam se estabelecido em Domingos Martins.

Botocudo, Bugre, Tapuia ou Puri?

Uma das dúvidas mais frequentes sobre as populações indígenas que habitavam o interior do Espírito Santo remete às denominações que são atribuídas a eles como Botocudo e Tapuia e quem seriam eles de fato na história. A que se referem esses termos?

Tapuia tem origem na língua tupi e quer dizer “aquele que não fala a minha língua” ou “língua truncada”. Os portugueses no século XVI inicialmente faziam referência aos Tupi sobre as demais populações que habitavam o interior e a parte do litoral não tupi. O termo acabou persistindo, significando um conjunto de etnias específicas, uma generalização para um



conjunto de povos, falantes do tronco linguístico Macro-jê em sua maioria. O Macro-jê é um tronco linguístico com origem estabelecida no Brasil Central com ampla distribuição no passado e na atualidade em diversas regiões do País. Eram os falantes dessa língua os Puri (há atualmente um debate destes não serem Macro-Jê), os Botocudos (Borum, Krenac, Green, Kren), os Maxacalí, os Pataxó, os Malalí, entre outros (NIKULIN, 2020; RIBEIRO, 2009; URBAN, 1998).

Segundo fontes etnográficas e arqueológicas, as populações que habitavam o território do vale do rio Jucu entre os séculos XVI ao XIX são os índios denominados historicamente como Puri, Puri-Coroado, Coroado, Coropó ou Goitacá (METRAUX, 1946). A expressão “índio botocudo” foi atribuição dada pelos portugueses aos índios que usavam adornos de madeira nos lábios, denominados botoques, ou seja, botocudo era aquele que usava o botoque. Vários grupos fizeram o uso dessa prática em diversas partes do Brasil e no Espírito Santo, e como essa era uma prática considerada brutal e selvagem a denominação se torna pejorativa a todos os grupos que resistiam a qualquer tipo de catequese ou avanço em seu território. Era comum também o termo bugre generalizando os índios.

127

Os Botocudos são relacionados de fato a populações caçadoras coletoras que habitaram entre os séculos XVIII e a primeira metade do século XX as regiões norte do Espírito Santo, rio Doce, São Mateus, parte de Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha) e sul da Bahia (Figura 2). Eram denominados também como Aimorés no século XVI, Kreen e Guerens nos séculos XVII e XVIII até o termo Botocudo no século XIX. Apesar de possível, não há informações de que tenham habitado a região de Domingos Martins.

Arqueologia do Vale do rio Jucu: Domingos Martins

Para se discutir, ainda que brevemente, a ocupação humana pretérita em uma determinada localidade na perspectiva arqueológica é importante se extrapolar as fronteiras administrativas recentes e fazer uso de marcos naturais mais coerentes a um sistema de ocupação. Neste caso utilizamos a bacia hidrográfica do rio Jucu. Poucas pesquisas arqueológicas foram desenvolvidas na bacia hidrográfica do rio Jucu e, como parte de sua composição, também o município de Domingos Martins. Ao menos em relação a outras regiões do Espírito Santo.

O primeiro levantamento realizado na bacia hidrográfica do rio Jucu ocorreu no final da década de 1960, pelo arqueólogo croata Dr. Adam Orssich, quando chega a fazer pequenas



escavações em sítios relacionados a grupos falantes da língua tupi e a ocorrência de cerâmica de decoração pintada policrômica (ORSSICH, 1981).

Em seguida as pesquisas arqueológicas desenvolvidas pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) no Estado do Espírito Santo, com a coordenação do pesquisador e arqueólogo Celso Perota, acrescentam importantes informações, atribuindo à região do vale do rio Jucu uma ocupação vinculada a outros grupos ceramistas além dos Tupi. Esses vestígios arqueológicos caracterizados em um conjunto artefactual e tipo de assentamentos específicos foram denominados e enquadrados dentro da tradição arqueológica² definida como Una. Essa tradição foi subdivida em fases, no caso dos sítios do Espírito Santo, fase Tanguí (PEROTA, 1974).

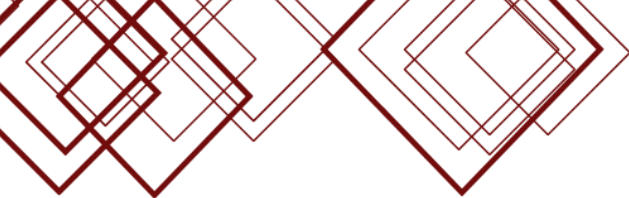
Durante o PRONAPA, com exceção da tradição Tupiguarani, o termo fase não foi usado para designar nenhuma filiação etnológica a um grupo indígena inicialmente. Posteriormente o arqueólogo Celso Perota estabeleceu a filiação cultural dos fabricantes da cerâmica da tradição Una como os falantes da língua dos Puri-coroados, baseado em informações etnográficas como a distribuição dessas populações do século XVI ao XIX (PEROTA, 1975; 1995).

Outras pesquisas de licenciamento ambiental e achados fortuitos de material arqueológico contribuíram para uma formulação rasa do que teria sido a pré-história da região. A presença de dois sítios arqueológicos nas proximidades da barra do rio Jucu (Reserva de Jacarenema) vinculados à tradição arqueológica definida por Itaipu, relacionada a uma cultura de pescadores que teriam habitado toda a faixa litorânea entre os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e parte da Bahia oferece uma data de ocupação entre 2500 a 1500 AP (COSTA, 2007).

Posteriormente, há 1800 anos AP, a região começa a receber novas levas migratórias e dessa vez de grupos vinculados ao tronco linguístico Macro-Jê, de onde teriam trazido para o Espírito Santo o plantio do milho e da mandioca e a produção de utensílios cerâmicos. Com o tempo essas populações chegaram também por grandes rios e vão se dispersando gradativamente, projetando-se plenamente no território.

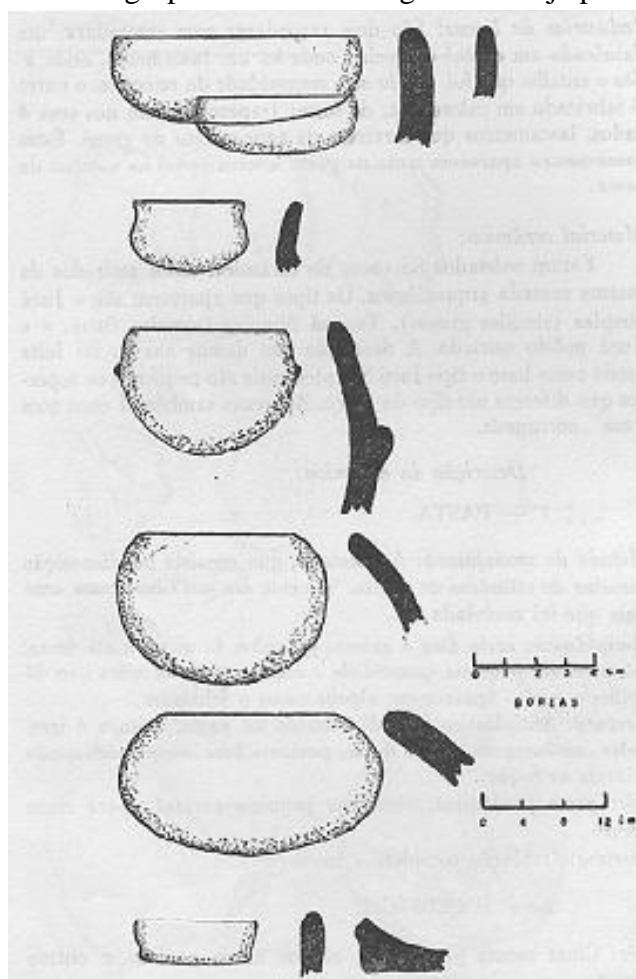
Os primeiros grupos ceramistas a dominarem a região, encontrados no século XVI, chamados de Goitacás, genericamente chamados de Tapuia pelos Tupi, fabricantes da cerâmica

² Sendo hoje questionado como aplicação por diversos segmentos da arqueologia brasileira, o conceito de tradição cultural arqueológica subdividido em diversas fases, após método de seriação Ford onde “cada sequência seriada representava uma fase arqueológica ou cultural, caracterizada por típicos específicos de artefatos líticos, padrões de povoamento e de sepultamento, bem como complexo cerâmico distinto” (PRONAPA, 1968, p. 4).



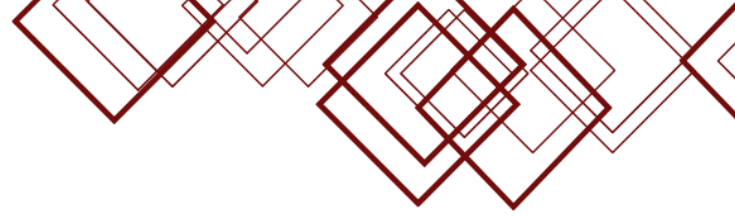
arqueológica, vinculada à tradição Una. Estas cerâmicas, constituindo-se graficamente de seis formatos de vasilhames, em sua maioria globulares, ocorrendo também tigelas fundas e rasas. Apresentando bordas em sua maioria diretas e com lábios arredondados. Era funcional para inserir bebidas, para o preparo de alimentos e nas práticas funerárias, enterrando seus mortos em posição fetal dentro de urnas funerárias, geralmente em grutas calcárias ou próximas a grandes afloramentos rochosos.

Figura 1 – Formas de vasilhas cerâmicas identificadas arqueologicamente que estão relacionadas aos grupos falantes da língua Macro-jê puri-coroado



Fonte: PEROTA (1970)

Entre o material lítico encontram-se batedores, quebra-cocos e lascas de quartzo em grande quantidade (PROUS, 1992). Foram pesquisados alguns desses sítios entre os braços norte e sul do rio Jucu. Sobre a cultura desses grupos observamos em seu desenvolvimento cultural dois momentos significativos:



Podemos dizer que a Tradição Una, vinculada a tribos proto-Jês, se desenvolveu em regiões de abrigos onde caçadores, com uma agricultura baseada no milho e feijão, e por vezes completada por mandioca, formavam pequenos grupos populacionais em regiões de transição entre a mata e o cerrado. Aos poucos foram se expandindo para o sul, tendo de adaptar-se ao ar livre, passando então a proteger seus mortos dentro de urnas, quando não havia abrigos disponíveis, e mais tarde acumulando em suas proteções, quando era possível. A cerâmica simples nas formas e com ausência geral de decoração, de dimensões restritas, confirmam esse esquema, não oferecendo indício de um cultivo preferencial da mandioca-amarga, pelo menos para fabricação de farinha. Tortuais fusos de cerâmica indicam a fabricação de tecidos, confirmada pelos achados de algodão no Rio de Janeiro (PROUS, 1992, p. 345).

Para a arqueologia realizada nos limites do município de Domingos Martins houve uma retomada com a necessidade de obtenção de licenciamento ambiental entre os anos de 2003 a 2018 (ALMEIDA, 2017, 2018; BRANCHELLI, 2011; COSTA, 2010; MACHADO, 2003, 2007, 2008; PEROTA, 2010, 2011; SILVA, 2015; XAVIER, 2011a). Esses trabalhos produziram relatórios técnicos e evidenciaram em Domingos Martins um total de três sítios arqueológicos do período pré-colonial e doze sítios do período pós-contato vinculados a edificações históricas. Os sítios pré-coloniais sem filiação cultural definida são o Alto Guandu, Beira e o Pedra do Campo. O sítio Alto Guandu ou Alto Jucu parece ser vinculado a antigos grupos de caçadores coletores pré-cerâmicos, potencializando uma profundidade cronológica maior ao município. No entanto, ainda uma hipótese (COSTA, 2010). Similar ao sítio Alto Guandu o sítio Beira também apresentou uma grande concentração de material lítico lascado de quartzo (pedras lascadas) (XAVIER, 2011b). O sítio Pedra do Campo está registrado com uma gravura rupestre sem muita informação além de sua ficha de cadastramento no endereço eletrônico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em suma, a despeito dos poucos programas de pesquisa arqueológica em Domingos Martins, a região apresenta grande potencial para novas pesquisas e a promoção de informações não somente de populações indígenas que compartilharam temporalidade com os europeus e luso-brasileiros mas de populações mais antigas, considerando que no município de Santa Leopoldina foi evidenciado um sítio arqueológico de 8000 anos AP (PEROTA, 1995).



Indígenas em Domingos Martins na documentação escrita.

Antes de abordarmos o início do contato entre índios e colonos alemães e italianos na região, relataremos um pouco da história e da cultura das populações indígenas que viveram na região onde encontra-se o município de Domingos Martins. Originalmente chamada de Cuité³, indica ter sido um local conhecido pelas comunidades indígenas integradas à sociedade nacional, de etnia majoritariamente Tupi, que conheciam a região. A região de Cuité atualmente está localizada em Vista Linda–Santa Isabel/Domingos Martins, núcleo inicial de colonização dos imigrantes (RÖLKE, 2016; VIEIRA; VELTEN, 2015). Segundo relatos eles ficaram “hospedados na serra da Boa Vista por mais de três anos. Enquanto aguardavam pela definição de seu lote, passaram a trabalhar na construção de estradas” (VIERA; VELTEN, 2015, p. 33).

Com a chegada dos imigrantes na localidade atual de Santa Isabel ocorreu um processo de ressemantização toponímica. Discutiremos mais à frente a integração entre os índios e os imigrantes. Agora trataremos, mesmo que de maneira breve, sobre quais as etnias que povoaram a região em períodos pré-imigração europeia. Como citado a toponímica “Cuité” indica que a região era conhecida pelas populações Tupi que ocupavam a costa em períodos pré-coloniais.

Sobre a época em que se dava a colonização de Santa Isabel o presidente da província do Espírito Santo, Luiz Pedreira do Couto Ferraz (FERRAZ, 1848) informa que em 1847 a região era amplamente habitada pelos Purí e que estavam em processo de aldeamento no local denominado Imperial Afonsino, com 56 indivíduos e que apesar do número reduzido, as florestas apresentavam grande volume populacional dessa etnia.

Pequeno é ainda o seu número, mas povoam as matas d’entre o Castello e a villa de Itapemerim muitos de sua nação, segundo se me informou, e logo que o tempo permita, e possam ser distraídos alguns dos mais civilizados dos serviços de que por ora não podem ser tirados, conto mandar uma expedição em procura dos outros, que já se vão aproximando do aldeamento, pois consta-me, que por vezes têm chegado até as roças e levado consigo mantimentos (FERRAZ, 1848, p. 33).

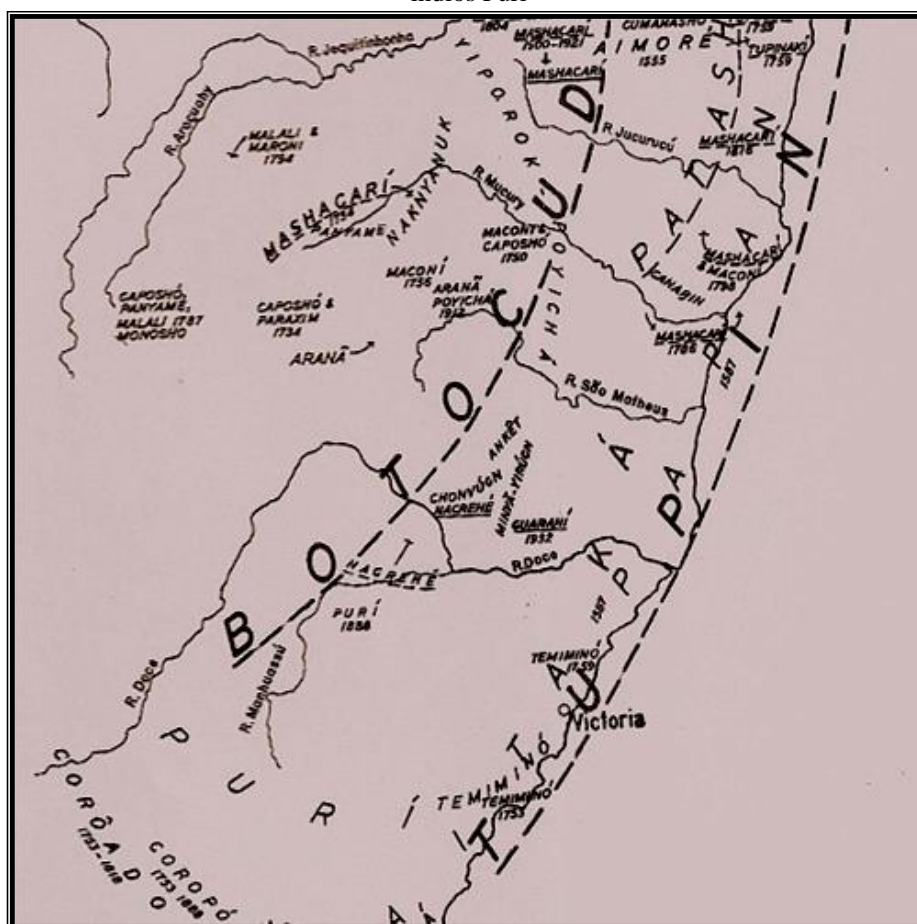
³ Cuité: palavra de origem tupi, quer dizer “cuia verdadeira”, fruto (*Crescentia cujete*) de onde se faz presente até hoje nas “cuias” de chimarrão no Sul do Brasil e as cabaças de água em diversas partes do Brasil. Era utilizado para a fabricação de instrumentos de diversas tribos como Tupi e Puri, o “maracá”, um chocalho utilizado pelo xamã da aldeia para conexão com o mundo espiritual.



Como discutido anteriormente, são denominações comuns a todos os índios Puri, também Coroado, Coropó, Puri-coroado e Goitacá⁴ (COSTA, 2017; METRAUX, 1946; NIKULIN, 2020; RIBEIRO, 2009). Os Goitacás eram uma denominação utilizada no século XVI e XVII. Foram eles os primeiros índios a entrarem em contato com o donatário Vasco Fernandes Coutinho em 1535, que, segundo relatos, foi extremamente conflituoso ocasionando a destruição do primeiro engenho de açúcar na atual Praia do Ribeiro e a fuga para a ilha de Vitória na ausência do donatário da Capitania (SALETTO, 2011).

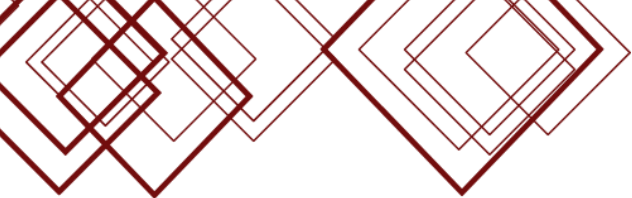
A presença dos Purí era marcante entre a margem sul do rio Doce e principalmente concentrados entre a bacia do rio Santa Maria até a bacia hidrográfica do rio Itabapoana no atual Espírito Santo, como consta no mapa etnográfico de Kurt Nimuendaju (Figura 2) (STEWART *et al.*, 1946).

Figura 2 – Detalhe de Mapa compilado por Curt Nimuendajú, em destaque círculo com antigo território dos índios Puri



Fonte: NIMUENDAJU (1946)

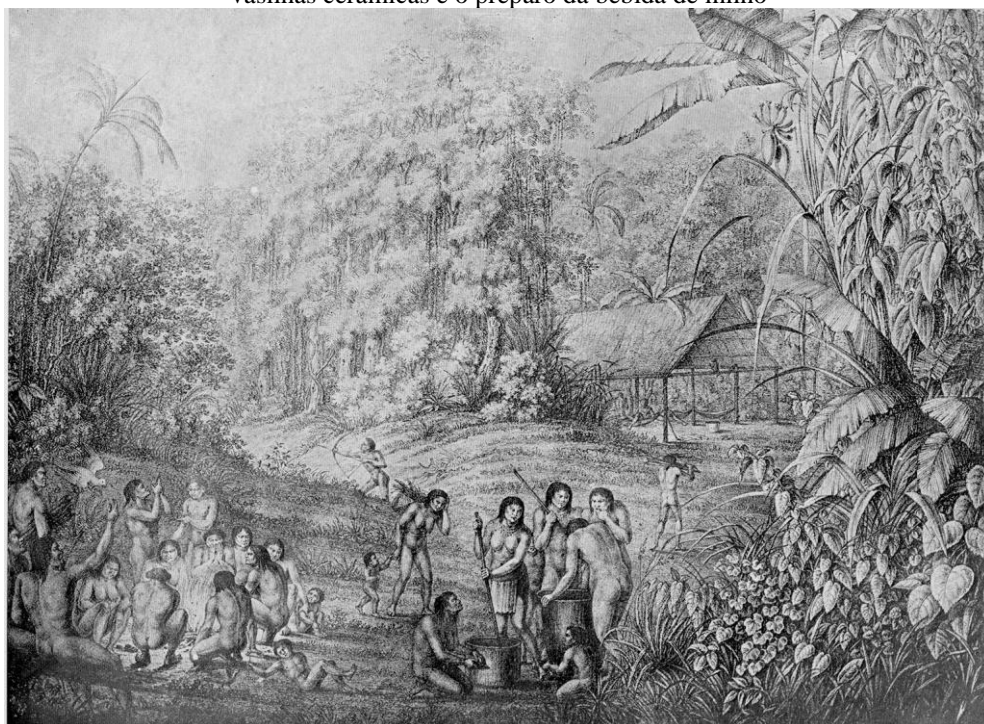
⁴ Para aprofundar sobre a cultura e história dos povos Purí e os Goitacás recomendamos a leitura da “Coleção História dos Povos Indígenas no Espírito Santo” publicada pela Editora Milfontes.



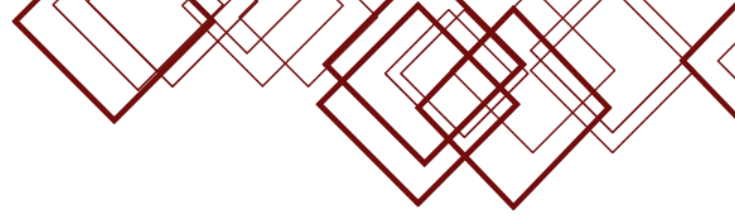
Em relação ao campo linguístico, não há consenso quanto à classificação linguística dos índios Purí. Um grupo de linguistas inclui os Purí e Goitacá, desde o século XIX até o presente, como membros do tronco linguístico Macro Jê (BÓRMIDA, 1965; METRAUX, 1946; METRAUX; PLOETZ, 1929; RIBEIRO, 2006, 2009; RODRIGUES, 1999; SPIX; MATIUS, 1981; URBAN, 1998). No entanto, novas pesquisas apontam os falantes da língua Purí como uma língua isolada, sem vínculo com os troncos linguísticos conhecidos da América do Sul (NIKULI, 2020; RAMIREZ; VEGINI; FRANÇA, 2015). O que podemos afirmar certamente é que a sociedade Purí se distinguia em aspectos linguísticos e culturais das demais etnias.

Em relação a sua organização social eram comumente apresentados como grupos pequenos. Novos estudos, no entanto, indicam a presença de comunidades entre 30 a 50 indivíduos no máximo, produto da pressão do colonialismo e que quando tinham condições propícias podiam construir aldeias de mais de 400 indivíduos circulares. Eram sociedades com práticas agrícolas do plantio de tubérculos como a “mandioca doce” e com grande ênfase no milho de onde produziam além de alimento a bebida alcoólica para fins religiosos (Figura 3). Eram também caçadores e coletores com grande predileção à coleta da castanha da sapucaia (*Lecythis pisonis*) (COSTA, 2017).

Figura 3 – Aldeia de Puri apresentando uma maior concentração populacional e áreas de plantio e uso de grandes vasilhas cerâmicas e o preparo da bebida de milho



Fonte: SPIX; MATIUX (1981)



Segundo fontes etnográficas a região entre o rio Jucu e o rio Santa Maria era uma área de fronteira disputada entre indígenas desde antes do século XVI, e esse ambiente de conflito vai persistir até meados do século XIX. Em seu livro *Ensaio de Sociologia, Ethnografia e Crítica*, Afonso Claudio (2015) descreve entre as diversas tribos que habitavam o Espírito Santo sobre os Puri: “(...) habitavam o extremo oeste da Capitania espírito-santense ao longo do rio Santa Maria e seus pequenos afluentes, até as montanhas de Minas, que lhe eram vertentes (ROSA, 2015, p. 117).

Como citado anteriormente, era comum que as incursões de guerra de botocudos do rio Doce viessem mais ao sul, dentro do território tradicional dos Puri. Muitos desses conflitos são relatados por cronistas como Augusto Saint-Hilarie, Príncipe Maximiliano Wied-Neuwied, Spix e Matius.

Os Goitacás, em tupi “povo veloz”, possivelmente uma referência a maior mobilidade de seus assentamentos, eram os Puri que seriam encontrados séculos depois pelos imigrantes, evidentemente em contexto histórico bem diferente e com alterações em sua cultura, mas sendo etnograficamente o mesmo grupo em contexto histórico diferente.

Em 1812, quando Dom João VI leva os primeiros açorianos para fundar a vila de Viana faz-se necessário o estabelecimento de quatro quartéis de defesa contra os índios que se embrenhavam nas florestas rio Jucu acima. Esse assentamento de açorianos representa o início da expansão das fronteiras mais acima do rio Jucu (SAINT-HILARIE, 2002). A partir disso os indígenas vão sendo gradativamente empurrados sertão adentro, sofrendo forte resistência contra o avanço de seu território tradicional e a captura e absorção como mão de obra servil (OLIVEIRA; COSTA, 2019). Assim, podemos afirmar que foram os Puri que encontraram em 1847 os primeiros imigrantes na colônia de Santa Isabel.

Considerando aspectos arqueológicos, etnográficos e a história, a região atual do município de Domingos Martins apresenta uma sequência de ocupação pré-colonial que se inicia com caçadores coletores há mais de 7000 anos AP (provavelmente), seguida pela chegada dos primeiros grupos ceramistas agricultores, ancestrais dos grupos Puri há 1400 AP e desde então povoaram a região (SEDA *et al.*, 2011). E por último, no período pré-colonial, há 1200 anos AP, compartilharam na forma de disputa ou trocas os grupos falantes da língua Tupi, ou seja, os Tupinambás. Esse último, com a colonização, sofreu uma retração populacional abandonando esse território deixando-o completamente aos indígenas Puri que entraram em



novo ciclo de expansão entre os séculos XVII e XIX. Essa expansão foi violentamente retraída com as ações governamentais e a expansão da economia cafeeira principalmente.

O contato entre índios e imigrantes em Domingos Martins

A ocupação europeia do vale do rio Jucu se inicia logo no século XVI com a implantação do aldeamento jesuíta de Araçatiba pelo padre Brás Lourenço em 1556. Gradativamente iam-se agrupando indígenas do entorno da região (Puri) e de outras regiões como do Piraque-açu e Piraque-mirim, o chefe tupi Pirá-Obi (Peixe Verde). A utilização da mão de obra indígena vai ser amplamente utilizada nesses séculos iniciais da colonização, havendo a partir disso a construção do canal de Camboapina, atual rio Marinho, que liga o rio Jucu à Baía de Vitória para escoamento da produção de açúcar, uma das maiores do período colonial (OLIVEIRA, 2008).

A ocupação do interior, genericamente chamado de sertão do Espírito Santo por grupos europeus, tornou-se proibida durante os anos que seguiram à exploração do ouro nas Minas Gerais, servindo a Capitania do Espírito Santo como defesa de possíveis invasões de reinos europeus inimigos, vindas do mar. Sofrendo uma estagnação na expansão para o interior, entretanto, com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808 e o esgotamento das jazidas auríferas em Minas a integração entre o interior e o litoral visando ao desenvolvimento econômico da região se torna mais interessante para o governo da época (OLIVEIRA, 2008).

Com o estabelecimento da colônia dos açorianos em 1813, região de fronteira com os Puri, tornaram-se marcantes os conflitos e emergencial o estabelecimento de 4 quartéis para a defesa do então emergente povoado de Viana, como cita Rubim (1840) em 1817 em relatório governamental.

Em distância de 4 legoas do Porto de Itacibá, defronte da Villa, são os sertões de Santo Agostinho, em os quaes está situada a Povoação de Viana Ilheos mandados estabelecer em culturas por S.M., cujas povoação se acha o mais brilhante possível: Ella é defendida por 4 quartéis guarnecidos com 34 soldados Pedestres commandados por um Alferes, 2 nas extremidades para lhe servir de registro, e 2 ao sertão em altos montes afim de yigiar, e defender das incursões, e roubos do Gentio [grifo nosso] (RUBIM, 1840, p. 25).

Em 1815 o príncipe Maximiliano (WIED, 1942) também descreve uma dessas fortificações: “existe ai um posto militar de guarda contra os selvagens; nessa época, os soldados estavam ocupados em abrir uma estrada até Minas Gerais, para onde já viajava um



oficial por ordem do governador, afim de abrir caminho através das matas” (WIED, 1942, p. 147).

A demanda de mão de obra aumentava com as constantes proibições feitas pela Inglaterra ao tráfico de escravos africanos, ocasionando um sério problema para os grandes proprietários de terras do Brasil. O índio era cada vez mais visto como uma mão de obra em potencial a ser utilizada para as lavouras de café em ascensão no sudeste do Brasil. O Aldeamento Imperial Afonsino, que meados do século XIX se localizava no atual município de Conceição do Castelo, foi desenvolvido para ser um receptáculo “civilizador” de Puri. Era necessário transformar os índios em mão de obra “domesticada” para a lavoura cafeeira em ascensão (OLIVEIRA; COSTA, 2019; ROCHA, 1979).

Um ponto importante que o levantamento histórico revelou foi a utilização da mão de obra indígena proveniente de Castelo para abertura de estradas e outras construções na Colônia de Santa Isabel coordenadas pelo engenheiro civil Frederico Willner. O presidente da província Luiz Pedreira do Couto Ferraz relata sobre os Puri do aldeamento Imperial Affonsino utilizados como mão de obra:

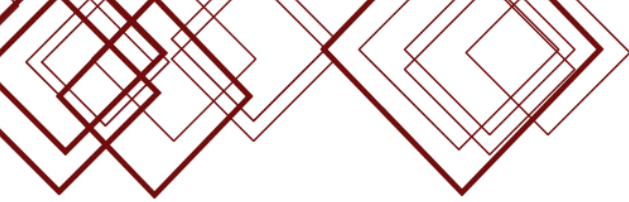
Distinguem-se estes índios por sua docilidade e boa índole, e sobretudo por seu amor ao trabalho: o que se acha evidente provado pelo que têm feito no serviço da estrada, no seu aldeamento, e proximamente na colônia de Santa Izabel (FERRAZ, 1848, p. 33).

136

As relações entre indígenas e imigrantes não se resumia à dinâmica de conflito, houve interação e processos de construção em comum. Como foi descrito anteriormente, havia uma generalização do termo botocudo no século XIX para todos os índios que usavam o botoque como adorno labial ou não. Assim, o termo se tornou uma denominação para grupos indígenas que se mantinham resistentes ao processo de integração nacional.

Havia uma falsa propaganda de prosperidade para os imigrantes sobre as Américas e que as terras eram desprovidas de qualquer tipo de ocupação humana, que eram vazias demograficamente. Essas propagandas enganosas feitas para estimular ainda mais a saída para o Brasil causaram grande espanto nos indivíduos quando se depararam com as inúmeras dificuldades dessa terra (TSCHUDI, 2004).

Como tudo relacionado aos índios Puri, muito pouco foi estudado sobre esse processo de contato interétnico entre imigrantes e indígenas. Carecem ainda de estudos sistemáticos as relações decorrentes entre os processos de afirmação da colônia em meio ao antigo território indígena. Alguns relatos sobre esse processo demonstram um ambiente tenso.



Os imigrantes alemães de 1847, ao chegarem para o seu lugar de destino, lá encontraram algumas dúzias de botocudos, com mulheres, crianças e o inspetor que servia de intérprete. Os índios tinham feito um roçado na mata e construído choças (...)

Mal os imigrantes começarem a tornar o lugar habitável, quando receberam ordem de Vitória, de voltarem as suas cabanas de emergência de Viana, onde se tinham abrigados antes. Os índios tinham fugido para a floresta e o governo temia que atacassem os colonos. Os soldados da polícia deviam, antes, aprisionar os índios e distribuí-los por diversos lugares (...). Os alemães ficaram, durante algum tempo, sob proteção armada. Os selvagens permaneceram nas proximidades das terras dos colonos, e frequentes vezes, assustavam-nos. Pouco a pouco, foram se retirando para o interior, deixando os alemães em paz (WAGEMANN, 1949, p. 9).

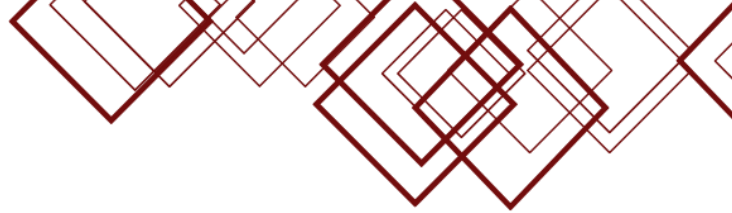
Aqui a expressão “Botocudos” é utilizada para definir os índios nesta área, entretanto, a prática do roçado era comum aos Puri que plantavam milho e banana já nesse momento. As habitações mais elaboradas (cuari) associadas ao plantio indicam uma maior permanência do grupo no local. A região da antiga colônia de Santa Isabel evidencia que, dentro do sistema de ocupação indígena funcionava como centro de atividades culturais e de subsistência ao mesmo tempo em que era a fronteira entre o litoral ocupado pelos luso-brasileiros e os conflitos com os botocudos vindos do norte capixaba.

137

Parte da força militar da província era composta de indígenas que estavam integrados à sociedade nacional. É importante lembrar que no Espírito Santo, como uma província muito pobre, havia escassez de mão de obra em uma época em que a escravidão negra era gradativamente reprimida, e com isso o escravo se tornando mais caro, os indígenas foram cada vez mais utilizados como mão de obra servil ou semiescrava (MOREIRA, 2017; OLIVEIRA, 2020).

Muitas das entradas iniciais eram orientadas por indígenas que já tinham um amplo conhecimento do território. À medida que essas populações iam se enquadrando na economia nacional, passaram a ser denominados “caboclos ribeirinhos”, trabalhando nas terras de plantio do café. Essas relações nem sempre se deram por meio de conflito e maneira tensa. Relações de interação se desenvolveram no decorrer da história (ROCHE, 1968).

A presença geralmente hostil dos índios reforçava o caráter pioneiro desses estabelecimentos. O estado de alerta declinou à medida que os indígenas, conhecidos aqui sob a denominação genérica de botocudos, como o eram sob o de Bugre, no Rio Grande do Sul, renunciaram a disputar terreno com os recém-chegados, refugiando-se na mata. Entretanto, é muito importante frisar que foi dos indígenas que os imigrantes aprenderam a técnicas de preparação do roçado pelo fogo, ou melhor, dos indígenas utilizados como mateiros e



guias pelo governo, e que mais tarde se agrupavam, formando cabanas em clareiras (ROCHE, 1968, p. 26).

Alguns relatos de história oral evidenciam que a região ainda era visitada por grupos Tapuias “que atravessavam nos topos de morros recobertos de mata”⁵. Essa passagem de Tapuias margeando o município possivelmente representa uma reconfiguração da fronteira territorial, tornando o local de passagem para o norte ainda repleto de florestas. Levantamentos de história oral podem indicar uma presença maior desses índios e sua interação com os descendentes dos primeiros imigrantes e ao contrário do que possa ter sido estimado, ocorre nesse ambiente de tensão relações de entrosamento de ambos os lados. As práticas do uso do solo, o conhecimento do território e técnicas agrícolas serão aprendidas pela mão do indígena.

A interação entre as populações ameríndias e imigrantes europeus em Domingos Martins é percebida pela historiografia como um fator importante para a consolidação das primeiras colônias e a elaboração de uma infraestrutura:

Jean Roche vê no contato de imigrantes e índios uma certa importância para o seu jeito de trabalhar na nova pátria. Os imigrantes tomaram emprestado dos indígenas a técnica do desmatamento pelo fogo e a preparação das roças. Esta técnica foi assumida pelos primeiros imigrantes que chegaram e que tiveram que abrir caminho para a colonização. Também se assumiu dos indígenas a técnica de abrir picadas mato adentro, para abrir clareiras e construir choupanas de palha (RÖLKE, 2016, p. 314).

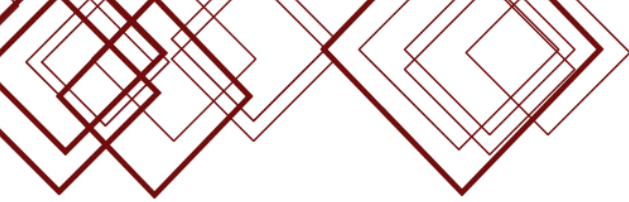
138

É ainda forte o pensamento de que as sociedades indígenas não possuem uma “memória história”, por não terem registro escrito de seus acontecimentos ou mesmo pela comparação com o ritmo acelerado de nossa sociedade com o mais “lento” das sociedades indígenas da época. Todavia isso não configura que eles não possuam história (CARVALHO, 1979; MICHEL, 2010).

Além do trabalho e do território, o legado da cultura indígena deu-se na incorporação de diversas espécies de plantas manipuladas e amplamente consumidas há milhares de anos pelos ameríndios, que segundo o arqueólogo José Brochado (BROCHADO, 1989):

Não se pode falar de horticultura incipiente quando nos referimos ao sistema agrônomo dos indígenas que desenvolveram geneticamente a maior parte das plantas que alimentam, vestem e intoxicam a população mundial atual, tais como o milho, feijões, amendoim, cacau, batata-doce, abacaxi, algodão e tabaco (BROCHADO, 1989, p. 77).

⁵ Joel Guilherme Veltem em comunicação pessoal, quando falava sobre os relatos de sua avó sobre a presença indígena na região.



Plantas essas fundamentais para a subsistência dos camponeses europeus cafeicultores (WAGEMANN, 1949). Nesses termos, as populações indígenas carregam em si uma história movimentada por guerras, migrações, transformações econômicas e tensões sociais que a historiografia tradicional não possui elementos metodológicos capazes de traduzir para o presente. Com isso leva a falsa percepção de que seriam sociedades estagnadas no tempo. (BURGUIDÈ *apud* CARVALHO, 1979).

A gestão da amnésia histórica e cultural que cerca as populações indígenas sempre foram fortes. Nesse sentido a arqueologia é privilegiada por tratar um período histórico muito recuado como é o caso do Brasil de antes da invasão portuguesa. A análise dos modelos de assentamento e dos artefatos deixados, padrões de enterramentos, do ambiente de cada período correlacionando os diversos elementos possibilita ao pesquisador inferir sobre o passado dessas sociedades.

Esperamos com este artigo apresentar uma parte pouco conhecida da história do município de Domingos Martins e estimular o interesse por uma população que, assim como os primeiros imigrantes, sofreram o descaso das autoridades, pouco preocupadas com suas condições de vida.

139

Conclusão

Ao pensarmos sobre a história de Domingos Martins fazemos uma associação imediata com a história da ocupação ítalo-germânica, sobretudo a colonização alemã. E essa associação é de fato concreta, como pode ser indicado pela ampla documentação histórica e publicações sobre o assunto e refletida na população atual do município, entre os rostos e os sobrenomes (RÖLKE, 2016; TSCHUDI, 2004; URBAN, 2014). Buscamos aqui dar corpo à história da região que se apresenta mais antiga que o século XIX e evidenciar a presença e a participação dos indígenas na formação histórica de Domingos Martins. E essa presença histórica deu-se em múltiplas esferas de conflito e cooperação fundamentais para a consolidação das primeiras colônias de imigrantes de Santa Isabel e circunvizinhas.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. B. dos R. de. **Relatório Final de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área dos emp. Linha de Transmissão LT 345 KV Viana II - João Neiva II e Subestação João Neiva II.** Vitória: Interligação Elétrica Itaúnas S.A., 2017.
- ALMEIDA, S. B. dos R. de. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento Linha de Transmissão LT 345 KV Viana II - João Neiva I e Subestação João Neiva II.** Vitória: Interligação Elétrica Itaúnas S.A., 2018.
- BÓRMIDA, M. Los Gê, panorama etnológico. Los Gê, panorama etnológico. **Revista del Instituto de Antropología de la Universidad Nacional de Córdoba**, Córdoba, v. 2, n. 3, p. 135–176, 1965.
- BRANCHELLI, F. A. **Prospecção arqueológica intensiva e programa de educação patrimonial relativo às obras de duplicação da BR-262, sub-trecho entre os municípios de Viana, Domingos Martins e Marechal Floriano (km 19,1 ao km 70,3).** Vitória: DNIT, 2011.
- BROCHADO, J. P. A expansão Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica. **Dédalo**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 65–82, 1989. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/03/6-1-brochado-j-p-a-expansao-dos-tupi-e-da-cerc3a2mica-da-tradic3a7ao-policromica-amazonica.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2022.
- CARVALHO, S. **Jurupari: estudos de mitologia brasileira.** São Paulo: Ática, 1979.
- COSTA, F. W. da S. **Diagnóstico arqueológico interventivo nas áreas direta e indiretamente impactadas pela construção da Linha de Transmissão Mesquita-Viana II (Viana).** Vitória: MGE Transmissão S.A., 2010.
- COSTA, H. A. V. **Relatório de diagnóstico não-interventivo (Levantamento do Potencial Arqueológico) para Plano de Manejo da Reserva Natural Municipal de Jacarenema – Vila Velha.** Vila Velha-ES: JRuano/Prefeitura Municipal de Vila Velha-ES, 2007.
- COSTA, H. A. V. Um pouco da história e da cultura Purí. In: BENTIVOGLIO, J. (Ed.). **História dos povos indígenas no Espírito Santo: os Purí.** 1. ed. Serra: Milfontes, 2017, p. 41-70.
- FERRAZ, L. P. do C. **Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo: na abertura da Assembleia Legislativa provincial no dia 23 de maio de 1847.** Rio de Janeiro: Typ. do Diário, 1848.
- MACHADO, C. L. **Avaliação do Potencial Arqueológico na área da PCH São Pedro, Domingos Martins/ES.** Vitória: Centrais Elétricas da Mantiqueira S.A., 2003.
- MACHADO, C. L. **Monitoramento arqueológico na Área de Implantação da PCH São Pedro.** Vitória: São Pedro Energia S.A., 2007.



MACHADO, C. L. **Prospecção Arqueológica na Área da Linha de Transmissão Associada à Pequena Central Hidrelétrica São Pedro**. Vitória: São Pedro Energia S.A., 2008.

METRAUX, A. **The Puri-Coroado linguistic family**. Washington: U.S. Government, 1946.

METRAUX, A.; PLOETZ, H. La civilization matérielle et lá vie sociale et religiuse des indiens zè du Brésil meridional et oriental. **Revista del Instituto de Etnologia de la Universidad de Tucumán**, tomo I, entrega 2.^a, Tucumán, p.107-238, 1930.

MICHEL, J. Podemos falar de uma política do esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 14–26, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9545/6379>. Acesso em: 15 jul. 2022.

MOREIRA, V. M. L. A produção histórica dos ‘vazios demográficos’: guerras e chacinas na Vale do Rio Doce (1800-1830). **Dimensões: Revista de História da UFES**, Vitória, v. 1, n. 9, p. 99–123, 2000.

MOREIRA, V. M. L. **Espírito Santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860**. 1. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.

NIKULIN, A. **Proto Macro-Jê: um estudo desconstrutivo**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2020.

141

OLIVEIRA, T. G. de. **Terra, trabalho e relações interétnicas nas vilas e aldeamentos indígenas da Província do Espírito Santo (1845-1889)**. [s.l.] UFRRJ, 2020.

OLIVEIRA, T. G. de; COSTA, H. A. V. Os Puri no sul do Espírito Santo: ocupação, territorialização e trabalho compulsório. **Habitus**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 462–475, dez. 2019. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/7325/4434>. Acesso em: 7 maio 2022.

OLIVEIRA, J. T. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura do ES, 2008.

ORSSICH, A. S. Relatório arqueológico do Espírito Santo. **Revista de Cultura**, v. 6, n. 20, p. 73–120, 1981.

PEROTA, C. Dados parciais sobre a arqueologia Espírito-Santense. In: **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas**. P. Avulsas 26. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1974.

PEROTA, C. As datações de C-14 dos sítios arqueológicos do Espírito Santo. **Revista de Cultura da UFES**, Vitória, v. 4, n. 6, p. 15-16, 1975.

PEROTA, C. **Os índios de Aracruz**. Vitória: 1995.

PEROTA, C. **Diagnóstico arqueológico do Centro de Turismo de Domingos Martins**. Vitória: SESC, 2010.



PEROTA, C. **Prospecção arqueológica na área do Centro de Turismo de Domingos Martins**. Vitória: SESC, 2011.

POMPA, C. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial**. Bauru: EDUSC, 2003.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. 1. ed. Brasília-DF: EdUnB, 1992.

RAMIREZ, H.; VEGINI, V.; FRANÇA, M. C. V. de. Koropó, puri, kamakã e outras línguas do leste brasileiro: revisão e proposta de nova classificação. **Liames**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 223–277, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/liames/article/view/8642302/9776>. Acesso em: 4 jun. 2022.

RIBEIRO, E. R. Macro-Jê. In: BROW, K. (Ed.). **Encyclopedia of Language & Linguistics**. 2. ed. Oxford: Elsevier Inc., v. 7, p. 422–426, 2006.

RIBEIRO, E. R. Tapuya connections: language contact in eastern Brazil. **Liames**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 61–76, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/liames/article/view/1463/1453>. Acesso em: 18 jul 2022.

ROCHA, G. Aldeamento Imperial Affonsino. **Revista Cultura UFES**, Vitória, v. 1, n. 2, p. 48–59, 1979.

142

ROCHE, J. **A colonização alemã no Espírito Santo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

RODRIGUES, A. D. Macro-Jê. In: DIXON, R. M.; AIKHENVALD, A. Y. (Eds.). **The Amazonian Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 165–206.

RÖLKE, H. **Raízes da imigração alemã: história e cultura alemã no Estado do Espírito Santo**. 1. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

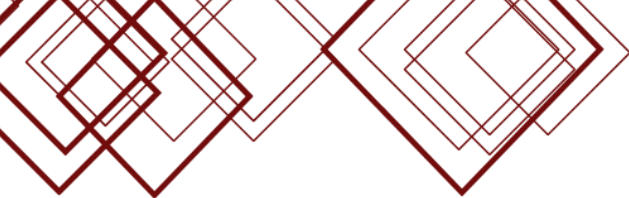
ROSA, A. C. de F. **Ensaio de sociologia, etnografia e crítica – 1931**. 2. ed. Vitória: Cousa, 2015.

RUBIM, F. A. **Memórias para servir à história até ao anno de 1817, e breve noticia estatística da Capitania do Espirito Santo, porção integrante do Reino do Brasil**. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840.

SAINT-HILARIE, A. de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Vitória: Secretária Municipal de Cultural de Vitória, 2002.

SALETTI, N. **Donatários, colonos índios e jesuítas: início da colonização no Espírito Santo**. 2. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2011.

SEDA, P. R. G. *et al.* Do cerrado ao mar: A tradição Una no litoral do Espírito Santo. **Maracanan**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, p. 55–82, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/12894/9955>. Acesso em: 4 mar. 2022.



SILVA, R. T. da. **Projeto de diagnóstico arqueológico da duplicação, adequação de capacidade e melhorias operacionais na Rodovia BR-262/ES**. Vitória: DNIT/MRS ESTUDOS AMBIENTAIS, 2015.

SPIX, J.; MATIUS, B. VON. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo/Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1981.

STEWART, J. H. *et al.* **Handbook of South American Indians**. 1. ed. Washington: Smithsonian Institution, 1946.

TSCHUDI, J. J. Von. **Viagem à província do Espírito Santo: imigração suíça 1860**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, M. C. DA (Ed.). **História dos índios no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Secretária Municipal de Cultura/FAPESP, Companhia das Letras, 1998.

URBAN, M. **Santa Isabel: a primeira comunidade evangélica alemã no estado do Espírito Santo**. 1. ed. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2014.

VIEIRA, J. E.; VELTEN, J. G. **Os italemães na terra dos botocudos**. 1. ed. Vitória: Grafitusa, 2015.

WAGEMANN, E. F. **A colonização alemã no Espírito Santo**. 1. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1949.

WIED, M. P. Von. **Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817**. São Paulo: Editora Nacional, 1942.

XAVIER, L. A. F. **Relatório Final de Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial - Linha de Transmissão Mesquita-Viana/MG-ES**. Vitória: MGE Transmissão S.A., 2011a.

XAVIER, L. A. F. **Relatório final de prospecção arqueológica e educação patrimonial: linha de transmissão Mesquita-Viana/MG-ES**. Vitória: Paralelo20/Consórcio Construtor MGE, 2011b.